



Escola Básica e Secundária de SANTA MARIA
Carvalho

DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA



CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Relatório de Gestão Fundo Escolar

Elaborado pelo Conselho Administrativo da Escola Básica e Secundária de Santa Maria

Vila do Porto, 24 de abril de 2018

ÍNDICE

Escola Básica e Secundária de SANTA MARIA

fn

Caldeira

	Pág.
INTRODUÇÃO	3
SALDOS DE GERÊNCIA	4
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	6
EXECUÇÃO DAS DESPESAS	6
EXECUÇÃO DAS RECEITAS	9
ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
CONTAS DE BALANÇO	14
CONTAS DE RESULTADOS	19

INTRODUÇÃO

O presente relatório incide sobre a análise da execução orçamental e das demonstrações financeiras previstas no POC-E, tendo sempre em conta que a Escola Básica e Secundária de Santa Maria (adiante designada por EBSSM) está integrada no sector público administrativo regional e que, por esse facto, obtém financiamento do Orçamento de Estado, através da Secretaria Regional do Orçamento e Tesouro. Deve ter-se ainda em consideração que os valores que constam do imobilizado do Fundo Escolar da EBSSM traduzem todas as aquisições efetuadas desde a data em que se iniciou a Contabilidade Patrimonial deste Fundo Escolar.

Ressalva-se ainda o facto de neste ano económico, já ser possível, na aplicação informática, a introdução de receitas no período complementar, possibilitando que os movimentos contabilísticos estejam de acordo com os movimentos da conta bancária, não se verificando diferenças entre “o valor dos depósitos em instituições bancárias” e o “saldo real existente em bancos a 31 de dezembro de 2017”.

SALDOS DE GERÊNCIA

A conta de gerência relativa a 31 de Dezembro de 2017, apresentou um volume global de 378 065,31 euros (superior em 5 397,31 euros ao do ano passado que foi de 372 667,40 euros) que se sintetiza no seguinte quadro de fluxos.

1. Saldo da gerência anterior	
De dotações orçamentais (OE)	6 765,11
De receitas próprias	
Na posse do serviço	5,70
Na posse do tesouro	
De operações de tesouraria (SIGE)	<u>2 405,41</u>
	<u>9 176,22</u>
2. Recebimentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	
De receitas próprias	86 236,13
Recebido da DRE c/ receitas de capital	261 706,39
Recebido de entid. públicas c/ receipt. próp. correntes	15 470,16
De receitas de estado	801,61
De operações de tesouraria	<u>4 674,80</u>
	<u>368 889,09</u>
TOTAL	<u>378 065,31</u>
3. Pagamentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	
De receitas próprias	85 715,49
Do recebido da DRE c/ receitas de capital e do recebido de entid. públicas c/ receipt. próp. correntes	281 964,22
De receitas de estado	801,61
De operações de tesouraria	<u>4 648,68</u>
	<u>373 130,00</u>
4. Saldo para a gerência seguinte (1+2-3)	
De dotações orçamentais (OE)	1 977,44
De receitas próprias	
Na posse do serviço	526,34
Na posse do tesouro	
De operações de tesouraria	<u>2 431,53</u>
	<u>4 935,31</u>
TOTAL	<u>378 065,31</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo resultante da execução orçamental foi de 4 935,31 euros, comparativamente com o saldo da conta de gerência do ano de 2016 que apresentou um valor de 9 176,22 euros.

O total de saldo, que corresponde a 4 935,31 euros de receitas, 526,34 são de receitas próprias na posse de serviço (em 2016 foi de 6 770,81 euros) e 2 431,53 euros são referentes a saldos de operações de tesouraria (em 2016 foi de 2 405,41 euros).

Verificou-se um decréscimo de cerca de 46,22 % entre os dois anos económicos o que traduz uma boa execução orçamental não transitando para o ano seguinte a execução de despesas previstas no ano económico de 2017.

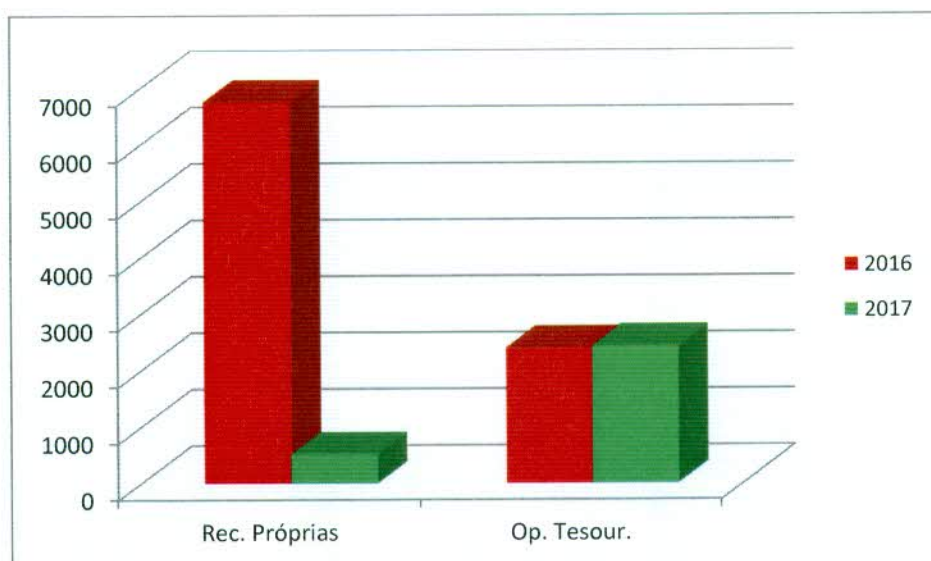


Fig.1

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

EXECUÇÃO DAS DESPESAS

No final do exercício financeiro, a despesa executada totalizou 367 679,71 euros (359 513,43 euros em 2016), enquanto que a despesa orçamentada corrigida totalizava 424 224,00 (420 579,00 euros em 2016), o que traduz um grau de execução orçamental de cerca de 86,67%, superior ao do exercício económico do ano transato que foi de 85,49%,

A despesa orçamentada corrigida era composta por 11 500,00 euros de despesas de capital e por 412 724,00 euros de despesas correntes (No ano transato era de 12 500,00 euros de despesas de capital e 408 079,00 euros de despesas correntes), sendo a respetiva execução orçamental de 5 575,88 euros e 362 103,83 euros (no ano transato a respetiva execução orçamental foi de 8 841,59 euros e de 350 671,84 euros), o que significa que as taxas de execução foram respetivamente de 48,49% e de 87,74% (no ano transato foram respetivamente de 70,73% e de 90,00%

Tal como no ano transacto não foram verificadas despesas de anos findos.

Despesa orçamentada corrigida/Despesa executada

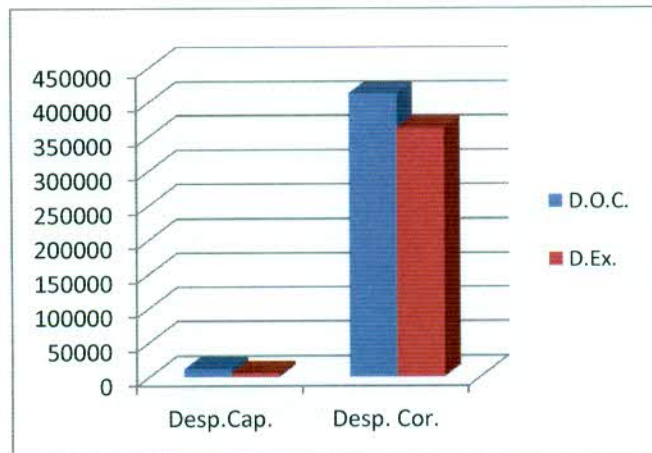


Fig. 2

Grau de Execução da despesa

Escola Básica e Secundária de SANTA MARIA

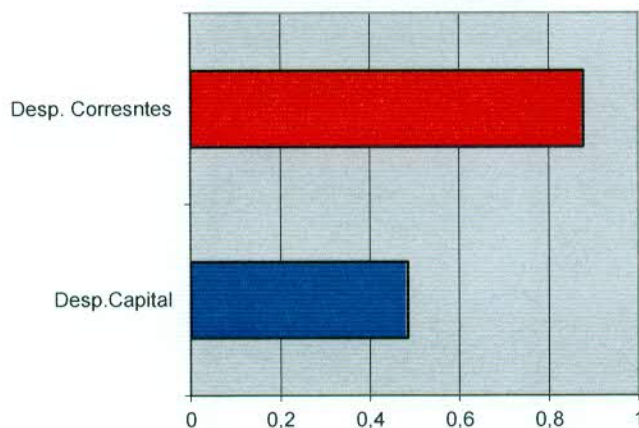


Fig. 3

Se considerarmos as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamentos, constata-se que houve uma maior incidência das despesas com aquisição de bens e serviços.

Despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamentos

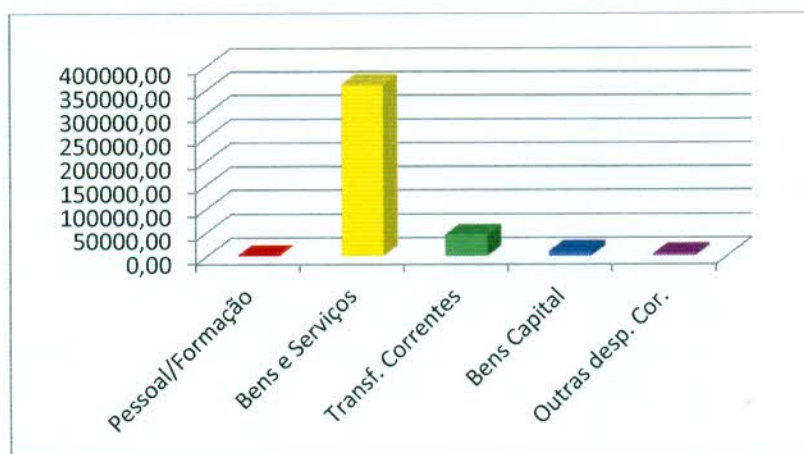


Fig. 4

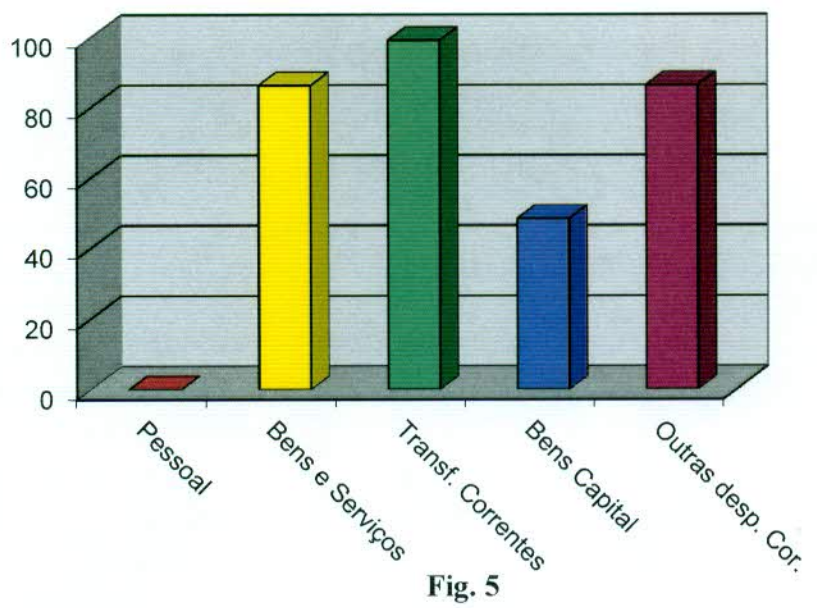
A tabela seguinte sintetiza as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamentos e a respectiva execução.

	Desp. Orç. Corrig.	Desp. Exec.
Pessoal/Formação	500,00	0,00
Bens e Serviços	361182,00	312091,85
Transf. Correntes	45952,00	45608,00
Bens Capital	11500,00	5575,88
Outras desp. Cor.	5090,00	4403,98

EScola Básica e Secundária de SANTA MARIA

Comparando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamentos com o seu grau de execução constatou-se que os graus de execução foram os seguintes: 0,00% para as despesas com o pessoal/formação, 86,41% para as despesas com aquisição de bens e serviços, 99,25% para despesas de transferências correntes, 48,49% para as despesas com outras despesas correntes e 86,52% para as despesas com aquisição de bens de capital (no ano transacto o grau de execução foi de 0,00% para as despesas com o pessoal, 84,75% para as despesas com aquisição de bens e serviços 45,00% para despesas de transferências correntes, 41,63% para as despesas com outras despesas correntes e 70,73% para as despesas com aquisição de bens de capital).

Grau de execução em % das despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamentos



EXECUÇÃO DAS RECEITAS

No final do exercício financeiro, a receita executada totalizou 370 183,49 euros, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizava 424 224,00 euros (em 2016 a receita executada totalizou 367 196,85 euros, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizava 420 579,00 euros).

O valor da receita executada difere do valor da receita efetivamente executada, pois esta foi de 372 588,90 euros (366 284,24 euros em 2016), tal situação deve-se ao facto do fluxo de caixa assumir como receita os valores dos cartões SIGE e caucões não executados que totalizou 2 405,41 euros (912,61 euros em 2016).

O grau de execução orçamental da receita foi cerca de 87,26% (87,30% no ano anterior) enquanto que a receita efetivamente executada traduz um grau de execução orçamental de cerca de 87,83% (87,09% no ano anterior).

A receita orçamentada corrigida era composta por 264 371,00 euros de receitas de capital, 153 081,00 euros de receitas correntes e 6 772,00 euros de saldo, sendo a respetiva execução orçamental de 261 706,39 euros e de 101 706,29 euros. Do saldo transitado foi executado 6 770,81 euros.

Receita orçamentada corrigida

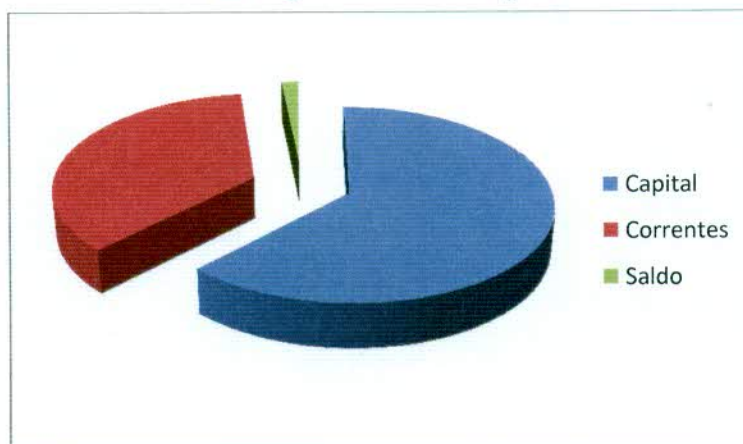


Fig. 6

Execução da receita orçamentada corrigida

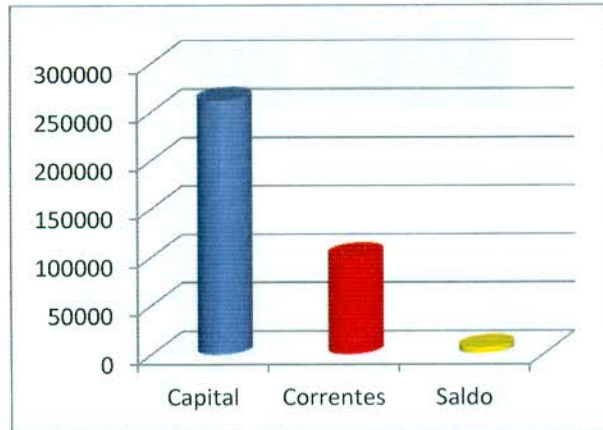


Fig. 7

As taxas de execução da receita orçamentada corrigida foram respetivamente de 98,92% de receitas de capital, de 66,44% de receitas correntes e de 99,99% de saldo. No ano transacto as taxas de execução da receita orçamentada corrigida foram respetivamente de 98,84% de receitas de capital, de 63,32% de receitas correntes e de 99,93% de saldo

Grau de execução em % da receita orçamentada corrigida

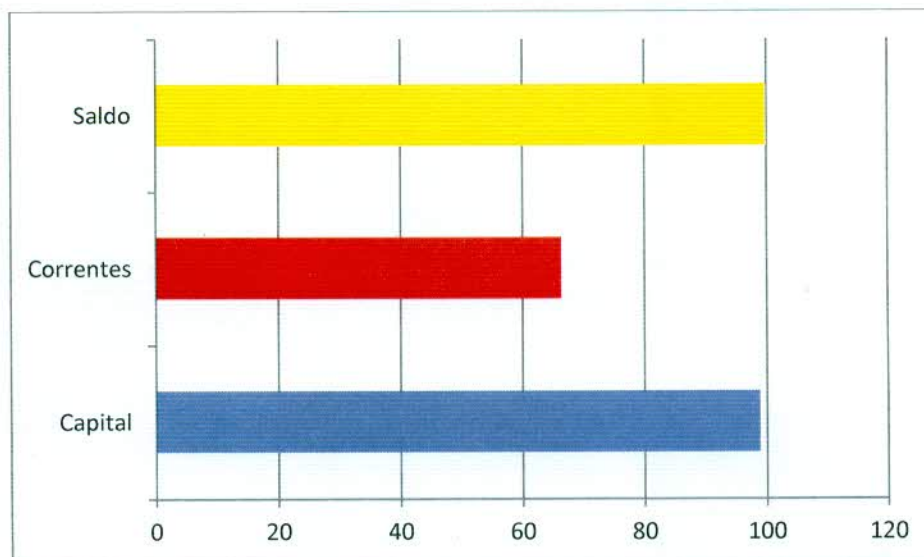


Fig. 8

Se considerarmos as receitas orçamentadas corrigidas por capítulos, constata-se que houve uma maior incidência das receitas com transferências correntes.

Receita orçamentada corrigidas por capítulos

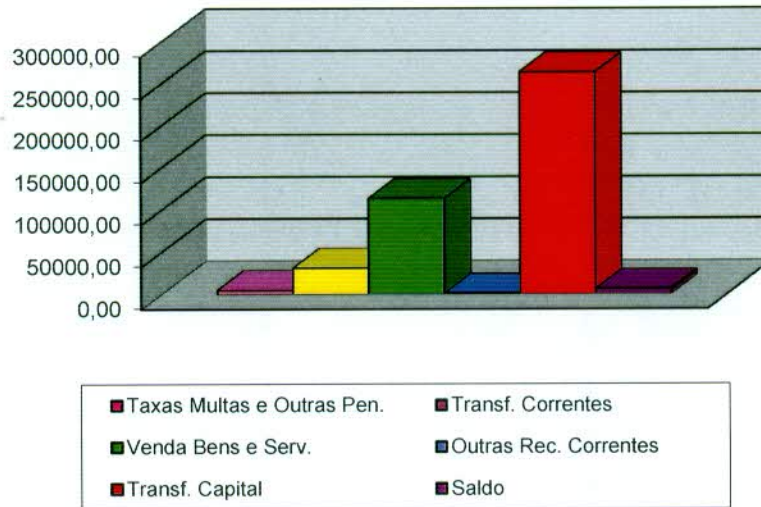


Fig. 9

Taxa da receita orçamentada corrigidas por capítulos

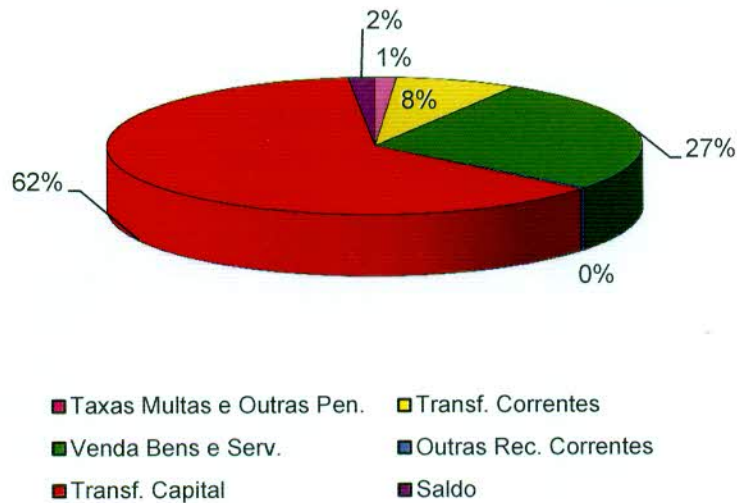


Fig. 10

Relativamente á execução das receitas verifica-se também que as receitas provenientes de transferências de capital e saldo, foram as que tiveram maior taxa de execução.

Execução das receitas por capítulos

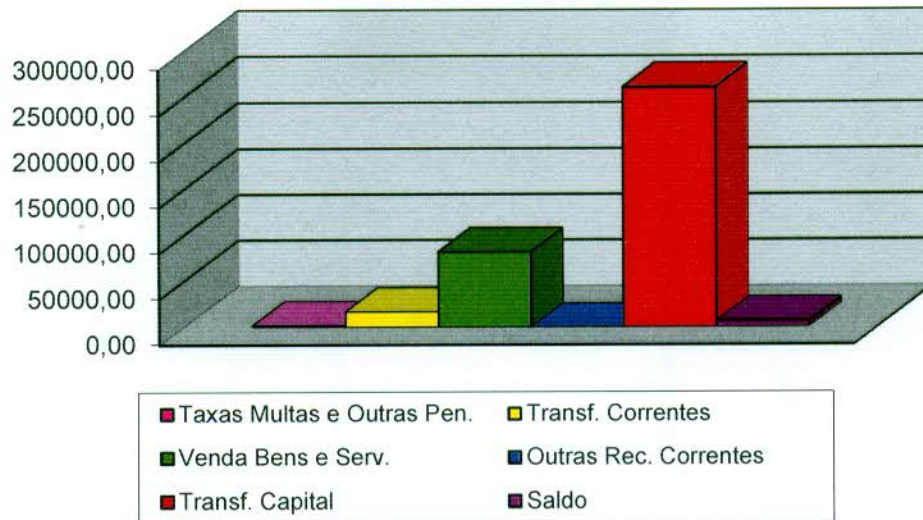


Fig. 11

Comparação da execução das receitas por capítulos

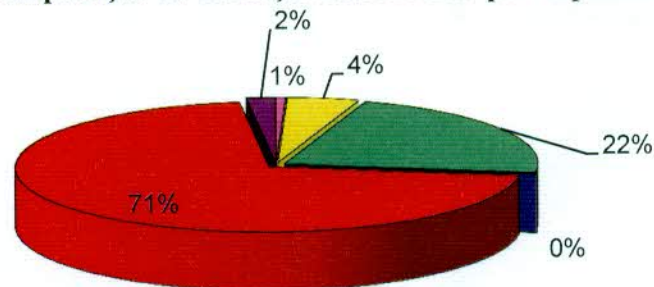


Fig. 12

O quadro seguinte sintetiza a informação da receita orçamentada por capítulos e a correspondente execução.

	Rec. Orç Corr. por Cap	Rec. Ex. por Cap.
Taxas Multas e Outras Pen.	5500,00	2287,81
Transf. Correntes	31581,00	17020,16
Venda Bens e Serv.	114500,00	82208,32
Outras Rec. Correntes	1500,00	190,00
Transf. Capital	264371,00	261706,39
Saldo	6772,00	6770,81
Total	420579,00	366284,05

Comparando as receitas orçamentadas corrigidas por capítulos com o seu grau de execução constata-se que os graus de execução foram os seguintes: 41,59 % para as receitas de taxas, multas e outras penalidades, 53,89% para as receitas de transferências correntes, 71,80% para as receitas de vendas de bens e serviços, 12,67% para outras receitas correntes, 98,99% para as receitas de transferências de capital e 99,98% para as receitas de saldo.

Taxa de execução das receitas por capítulos

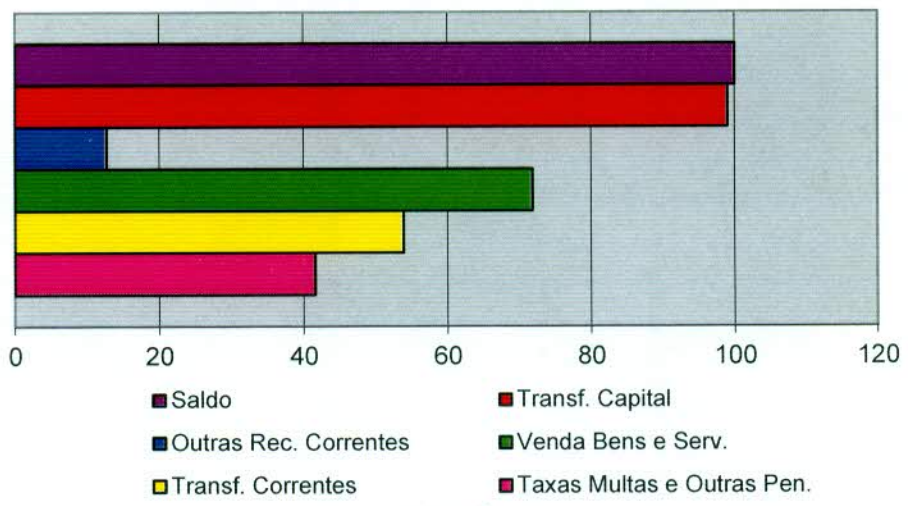


Fig. 13

No ano transacto as taxas de execução foram de 41,19 % para as receitas de taxas, multas e outras penalidades, 52,50% para as receitas de transferências correntes, 67,33% para as receitas de vendas de bens e serviços, 15,93% para outras receitas correntes, 98,84% para as receitas de transferências de capital e 99,95% para as receitas de saldo.

Comparação do grau de execução das receitas por capítulos dos anos 2015 e 2016

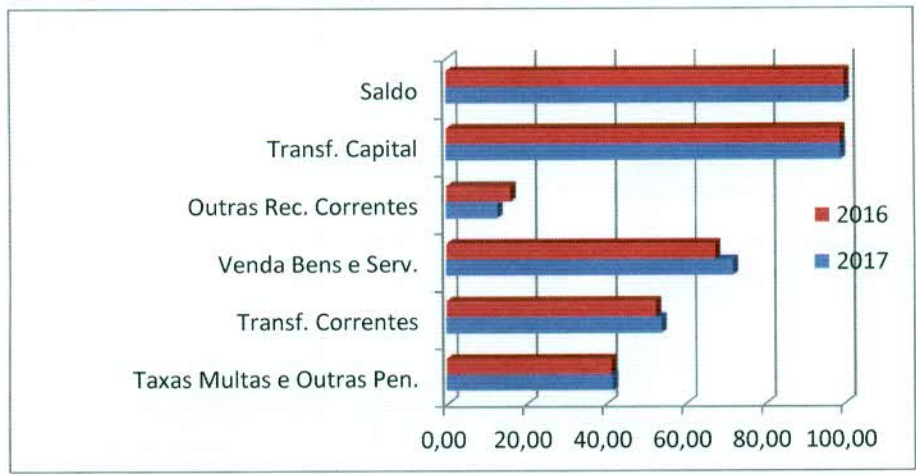


Fig. 14

ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Escola Básica e Secundária de SANTA MARIA
F. E.
C. S. M.

Aquando da leitura e análise das demonstrações financeiras (anexos I a V), deve ter-se em consideração que as mesmas reportam a 31 de Dezembro de 2017, verificando no entanto no balanço do período complementar, uma diferença das rubricas de depósitos e instituições financeiras (ativo) e fornecedores (passivo). O conteúdo e a interpretação dos indicadores financeiros e económicos utilizados na análise deste relatório encontram-se no final do mesmo, considerando os valores à data supra mencionada.

CONTAS DO BALANÇO

Ao analisarmos o balanço do ano económico de 2017, à data de 31 de dezembro de 2017, verificamos que o ativo líquido, no valor 3 990 003,12 €, é composto por imobilizado no valor de 3 899 453,93 euros (97,73%), por disponibilidades no valor de 11 072,97 (0,28%), por existências no valor de 2 818,95 euros (0,07%) e por dívidas de terceiros-curto prazo no valor de 76 675,27 euros (1,92%).



Fig. 15

No ano transacto (à data de 31 de dezembro), o ativo líquido no valor 4 205 270,34 €, é composto por imobilizado no valor de 4 141 610,69 euros (98,48%), por disponibilidades no valor de 2 914,42 (0,07%), por existências no valor de 856,16 euros (0,02%) e por dívidas de terceiros-curto prazo no valor de 59 889,07 euros (1,42%).

A 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades eram constituídas pelo saldo de depósitos em instituições financeiras no montante de 11 072,97 €, no entanto, transitaram saldos de receitas próprias e de estado, do período complementar, no valor de 9 176,22 euros, sendo o saldo efectivo apenas de 6 770,81 euros, visto 2 405,41 €, serem de cartões SIGE. Tal fato justifica-se por existirem movimentos em trânsito de faturas pagas na aplicação SIAG-AP, cujas transferências bancárias para a conta dos fornecedores foram efectuadas durante o mês de janeiro de 2018 (período complementar).

No balanço de 2017 constata-se que o imobilizado constitui-se apenas por imobilizações corpóreas no valor de 3 899 453,93 € enquanto as dívidas de terceiros-curto prazo apresentam um valor de 76 675,27 €.

Relativamente ao exercício anterior, o ativo líquido decresceu 215 267,20 euros, cerca de 5,12%. (de 2016 para 2017 já se tinha verificado uma diminuição de 213 705,30 euros, cerca de 4,84%), que se explica fundamentalmente pelo decréscimo do imobilizado em 242 174,80 € (5,85%), apesar do aumento das disponibilidades, depósitos em instituições financeiras em 8 185,55 euros (279,94%), e do acréscimo de 1 962,79 euros nas existências (cerca de 229,26%) e das dívidas de terceiros-curto prazo no valor de 16 786,62 (28,02%).

Composição do ativo (%)

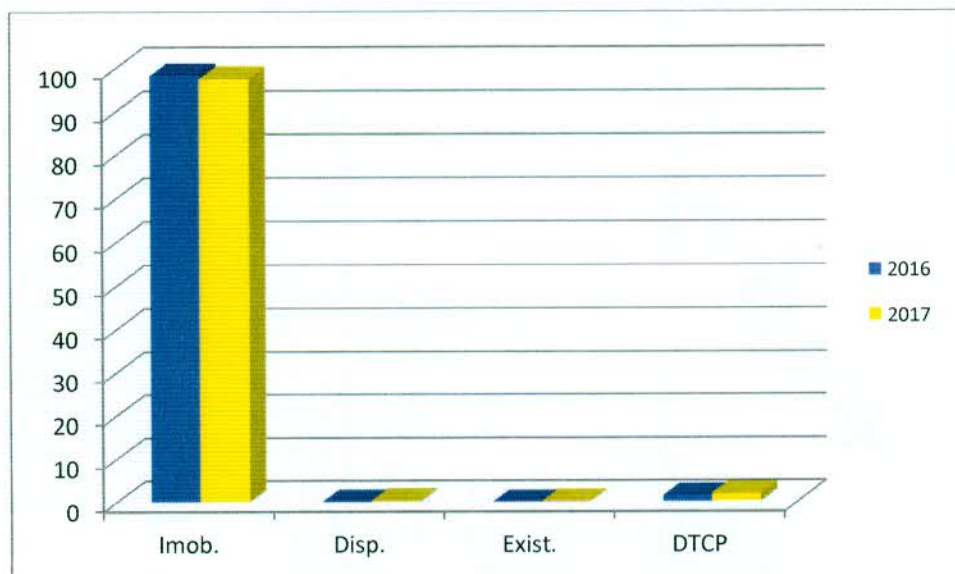


Fig. 16

O elevado aumento do valor das dívidas de terceiros a curto prazo justifica-se pelo fato de nos anos transatos não ser possível registar na aplicação informática receitas do período complementar (razão pela qual o saldo bancário a 31 de dezembro não coincidir com o saldo contabilístico). Como a situação foi ultrapassada, as receitas provenientes da DRE, dos duodécimos de novembro e dezembro do ano de 2016, transferidas no mês de janeiro de 2017, foram registadas aquando da sua receção, daí a justificação do valor de 59 889,07 euros em dívidas de terceiros-curto prazo, a 31 de dezembro de 2016. Tal situação irá reflectir-se nos gráficos seguintes, particularmente no grau de evolução do ativo.

Evolução do ativo

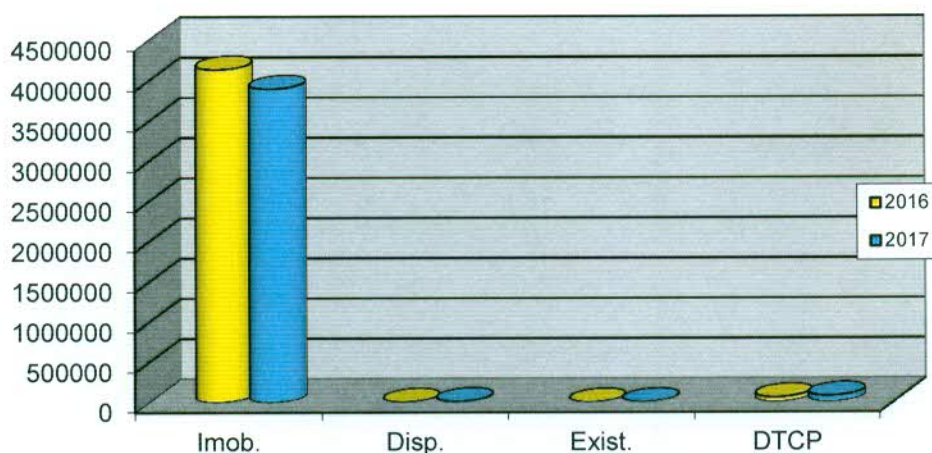


Fig. 17

Grau de evolução do ativo (%)

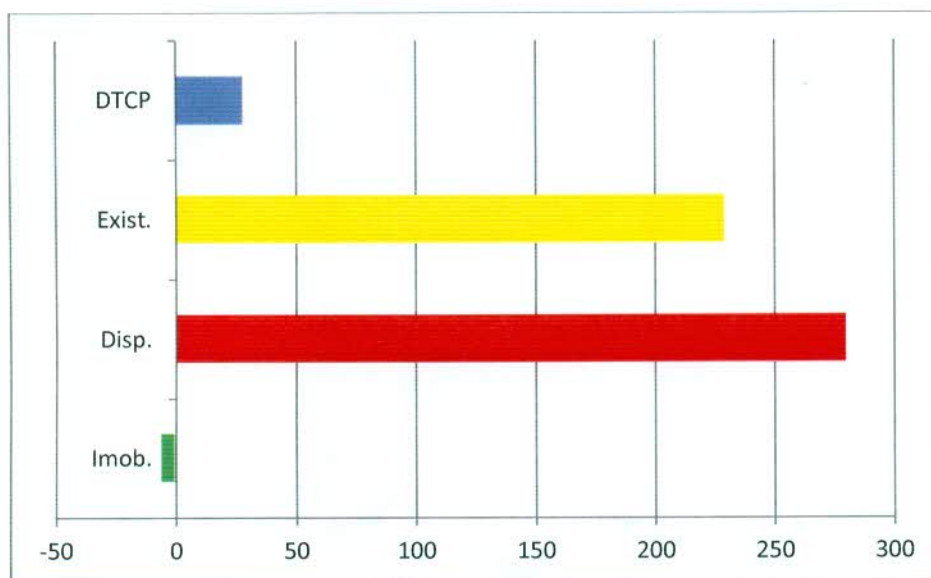


Fig. 18

Quanto ao passivo verificou-se uma diminuição em 27 078,64 euros (de 2016 para 2017 tinha-se verificado um decréscimo de 3 708,63 €), consubstanciado no decréscimo dos acréscimos e diferimentos do passivo no valor de 2 133,14 euros (no ano transato tinha-se verificado um decréscimo de 3 058,26 euros) e no acréscimo das dívidas a terceiros de curto prazo no valor de 29 211,78 euros (no ano transato tinha-se verificado um acréscimo de 650,37 euros).

Evolução do passivo

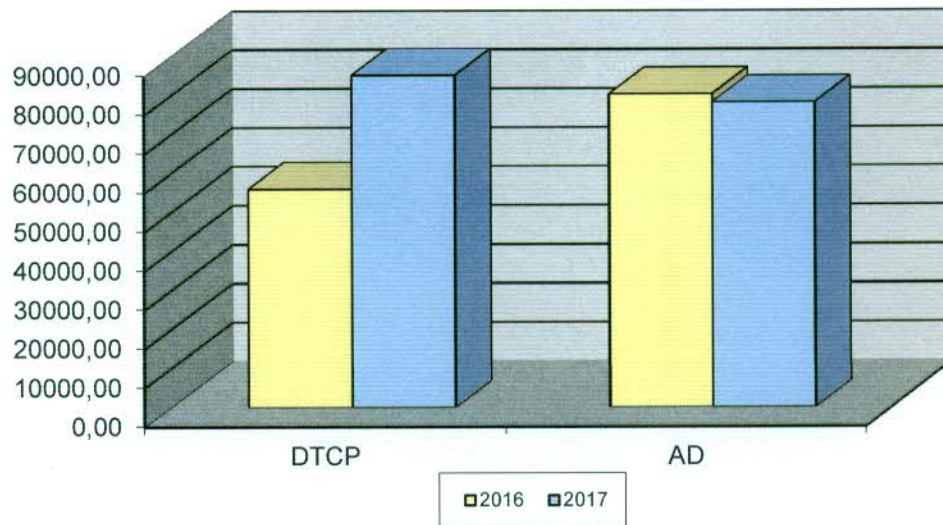


Fig. 19

Por outro lado, verificou-se um decréscimo nos fundos próprios no valor de 242 345,90 €, passando de 4 068 854,37 € em 2016 para 3 826 508,51 € em 2017 (esta variação resulta do decréscimo dos resultados transitados em 209 996,70 € e do resultado líquido do exercício no valor de 32 349,15 €. Não se registou qualquer variação no valor do património).

Se considerarmos apenas os resultados transitados estes variaram de 4 188 946,41 € em 2016 para 3 978 949,70 € em 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, os fundos próprios representavam 95,90 % do ativo (96,76 % no exercício anterior), as dívidas a terceiros de curto prazo representavam 2,14% (1,33% no exercício anterior) do ativo e os acréscimos e diferimentos do passivo representavam 1,96 % do ativo (1,91 % no exercício de 2016).

Composição do passivo e Fundos Próprios

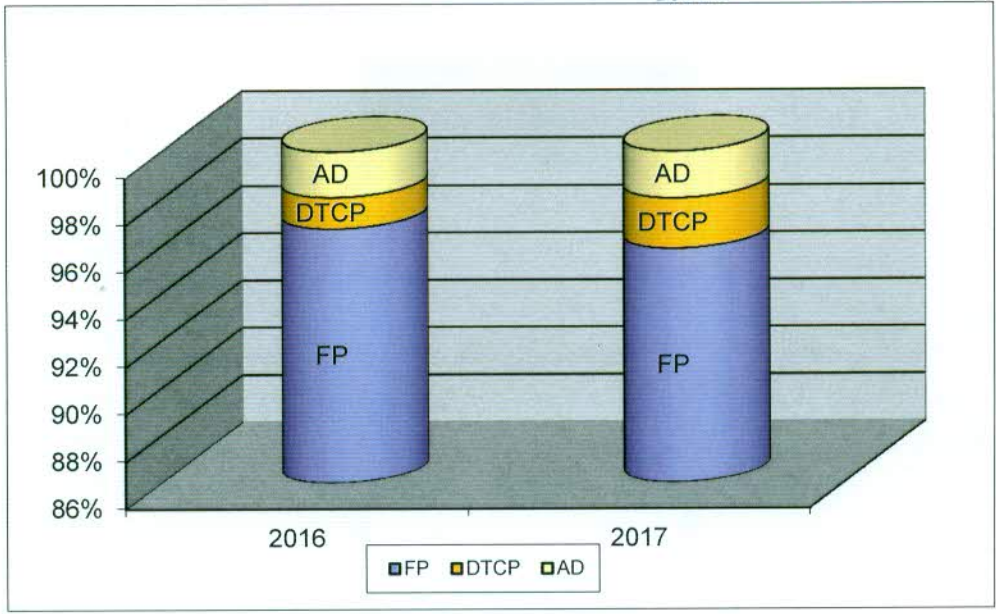


Fig 20

No mesmo período, os fundos próprios também representam 95,90 % (96,76 % no exercício de 2016) do total dos fundos próprios e passivo o que evidencia uma diminuição da solvabilidade e uma estrutura financeira caracterizada por uma forte componente de fundos próprios, apesar de se verificar um decréscimo de 5,95 % relativamente ao ano transato.

Estrutura de capitais

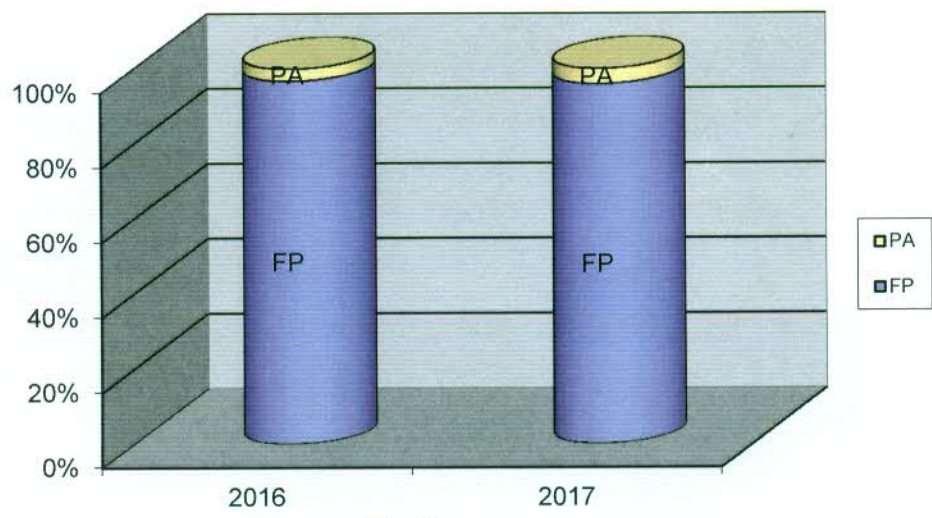


Fig 21

Se analisarmos o balanço do ano económico de 2017, à data de 25 de janeiro de 2018 (período complementar) verifica-se uma diminuição no valor das dívidas de terceiros-curto prazo que passam de 76 875,27 euros para 0,00 euros bem como no valor das disponibilidades que passam de 11 072,97 euros para 4 935,31, diminuindo por consequência o ativo líquido de 3 990 003,12 euros para 3 907 190,19 euros. No passivo verificou-se uma diminuição no valor de Dívidas a Terceiros a Curto Prazo que passou de 85 244,46 euros para 2 431,53 euros (no ano transacto o valor das disponibilidades passou de 2 914, 24 € para 9 176,22 € e o valor de Dívidas a Terceiros a Curto Prazo passou de 59 889,07 € para 0,00 €).

CONTA DOS RESULTADOS

Os resultados líquidos do período foram negativos no valor de 242 345,86 € (no ano transacto os resultados líquidos foram positivos no valor 209 996,71 €), tendo contribuído para este resultado o facto de se terem verificado resultados operacionais negativos no valor de 250 017,08 € (no ano transacto os resultados operacionais foram negativos no valor de 218 597,46 €).

Neste ano económico o indicador cash-flow foi de 17 739,91 €, (pela adição entre o resultado líquido de -209 996,71 € e as amortizações com um valor de 262 158,31 €), inferior em 34 421,69 €, ao exercício de 2016 que foi de 52 161,60 €, correspondendo a um decréscimo de cerca de 65,99%.

Evolução do Cash-flow

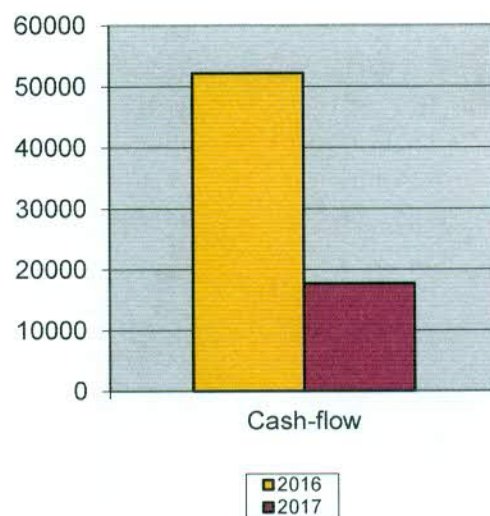


Fig 22

Os resultados operacionais diminuíram 31 419,32 € (foram de -218 597,46 € no exercício de 2016 e variaram para -250 017,08 € no exercício de 2017).

Evolução dos resultados operacionais

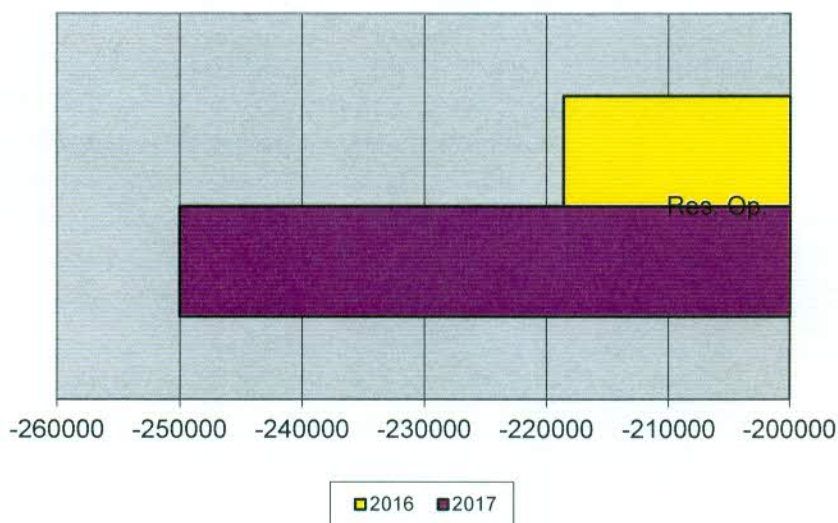


Fig. 23

Relativamente à evolução dos resultados extraordinários verificou-se uma diminuição de 903,53 euros de 2016 para 2017. No ano transacto os resultados extraordinários foram de 8 600,75 euros e no ano económico de 2017 foram de 7 697,22 euros (resultado da diferença dos Proveitos e Ganhos Extraordinários e dos Custos e Perdas Extraordinárias que forma respectivamente de 7 699,07 euros e de 1,85 euros). Essa evolução dos resultados extraordinários justifica-se fundamentalmente pelo decréscimo nos Proveitos e Ganhos Extraordinários, tendo em conta que o seu valor passou de 8 819,65 euros em 2016 para 7 699,07 euros em 2017, enquanto que os Custos e Perdas Extraordinárias passaram de 218,90 euros para 1,85 em igual período de tempo.

Evolução dos resultados extraordinários

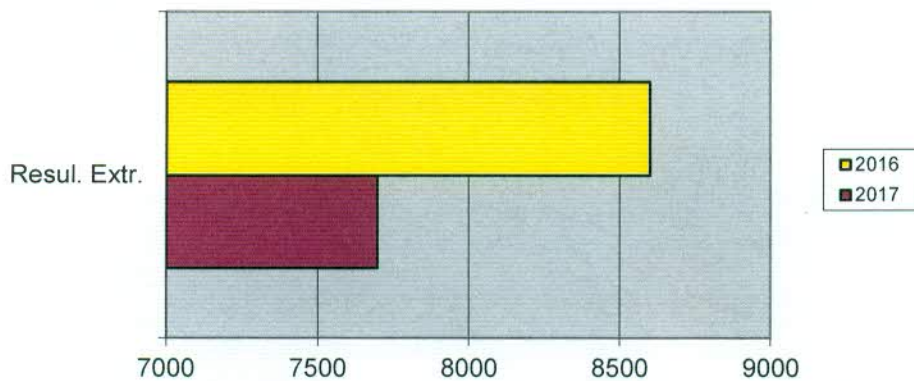


Fig. 24

Ao nível da estrutura de custos merece destaque o peso significativo dos custos com transportes dos alunos os quais representaram, ao longo do exercício económico de 2017 o valor de 130 603,55 €, menos 28 737,18 euros do que em 2016, cujo valor era 159 340,73 (redução de 18,04%). Esse valor corresponde a 35,73% dos proveitos.

Ao longo do exercício económico de 2016, esse valor foi de 159 340,73 €, o que correspondia a 43,48% do total dos proveitos, menos 9,85 % do que o ano de 2015 que foi de 53,33 % (anexo IV – demonstração dos resultados).

O valor acima referido incluiu despesas que foram pagas em 2018, durante o período complementar.

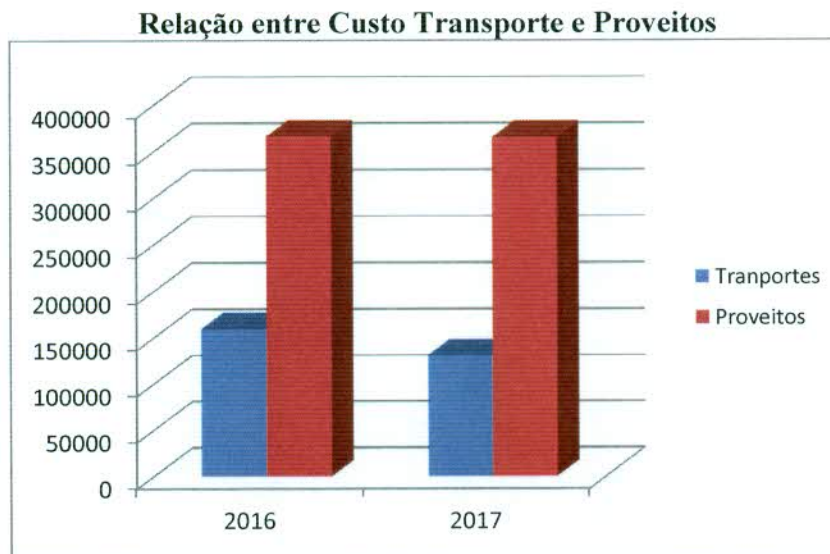


Fig. 25

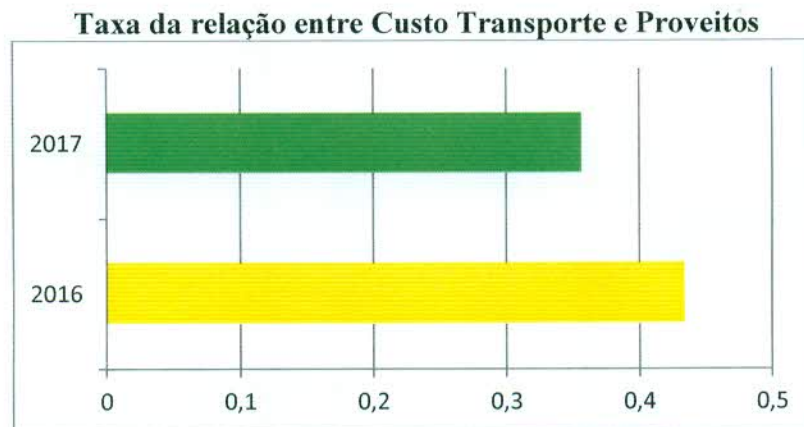


Fig. 26